



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

PARECER JURÍDICO Nº 39/2019

FO. 174

~~RUBRICA~~

Consulente: Município de Aquidabã/SE

Assunto: Aditivo Contratual - Prazo.

Cuido de análise de minuta de termo aditivo ao Contrato nº 24/2018, destinado à prorrogação do prazo contratual.

O Contrato foi subscrito em 16.03.2018 (fl. 154/159) com prazo de 12 (doze) meses.

Nesse momento pretende o Fundo Municipal de Aquidabã a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses, constituindo na 1ª Alteração Contratual, perfazendo-se um total de 24 (vinte e quatro) meses.

Acerca do elastecimento do prazo contratual, deve-se seguir rigorosamente as prescrições contidas no artigo 57, da Lei nº 8666/93.

Além disso, a consecução do aditivo fica condicionada ao atendimento das seguintes recomendações:

- Pedido formulado pelo Contratado;
- Justificativa para a prorrogação, inclusive no que pertine à natureza contínua do serviço;
- Confeção do Termo Aditivo antes de findada a vigência inicial do contrato originário;
- Cumprimento dos requisitos de habilitação fixados por ocasião da contratação;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

FO. 1 / 73
RUBRICA

Cabe recordar à CPL a obrigação de bem instruir o processo, acostando aos autos os documentos indispensáveis à correta formalização do procedimento, bem como justificativa atinente à vantagem do preço.

Assim e dando cumprimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, entendemos ser possível, em tese, a formalização do aditivo, desde que atendidas as recomendações alhures.

Este o parecer, Salvo melhor juízo.

Aquidabã/SE, 15 de março de 2019.


CARLOS ALBERTO DE CARVALHO SOBRAL NETO
OAB/SE 6408